



FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

ENSINOS PARTICULAR E COOPERATIVO, INCLUINDO ARTÍSTICO ESPECIALIZADO E PROFISSIONAL

CADERNO REIVINDICATIVO DOS DOCENTES

PELO DIREITO A UMA CARREIRA DIGNA E VALORIZADA

Para a FENPROF, a função docente assume uma dignidade e uma responsabilidade específicas, independentemente de ser exercida no sistema público ou no sistema privado, cuja concretização não é separável das condições laborais em que é exercida.

No entanto, por não terem sido alteradas as normas gravosas do Código de Trabalho na legislatura 2015-2019, a situação socioprofissional dos docentes a exercerem funções no Ensino Privado agravou-se, quer em relação à carreira, quer em relação às condições de trabalho.

Face a esta situação, exige-se que o Governo que iniciará agora funções apresente uma proposta de alterações ao Código de Trabalho, eliminando as normas mais gravosas, desde logo no capítulo da caducidade dos Contratos Coletivos de Trabalho e na retoma do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador.

Perante a situação em que se encontram atualmente os docentes do ensino privado, marcada por uma permanente desvalorização do exercício da sua função neste setor de ensino, o Plenário Nacional insta a FENPROF a estabelecer como necessários para a legislatura que se inicia os objetivos abaixo, reclamando dos(as) deputados(as) agora eleitos(as) e do novo Governo decisões que permitam:

- Alterar o Estatuto do EPC, no respeito pela Lei de Bases do E.P.C. que estabelece que os(as) docentes que exercem funções em estabelecimentos particulares e cooperativos de ensino têm os direitos e estão sujeitos(as) aos específicos deveres emergentes do exercício da função docente, devendo ser devidamente reconhecida a sua função de interesse público e, assim, harmonizar as suas carreiras com as do ensino público
- Celebrar um Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) que reconheça e reponha direitos eliminados ou reduzidos, respeite os(as) docentes, valorize a sua carreira e dignifique o seu exercício profissional;

- Exigir que as verbas públicas e comunitárias, necessárias para o funcionamento das escolas com contratos estabelecidos com o ME sejam transferidas atempadamente, permitindo o seu normal funcionamento, nomeadamente no que respeita ao cumprimento do pagamento mensal de vencimentos;
- Exigir um financiamento adequado às necessidades do ensino profissional, designadamente para garantir aos(as) docentes uma carreira adequada às suas responsabilidades profissional e social, no sentido de assegurar a qualidade desta oferta educativa;
- Fiscalizar e controlar, os financiamentos públicos a estabelecimentos de ensino privado, de modo a evitar a utilização dessas verbas para fins distintos do seu objetivo, nomeadamente vencimentos, cabendo essa responsabilidade ao Ministério da Educação;
- Criar um estatuto específico para os(as) docentes a exercerem funções no ensino artístico especializado da música e da dança, que não deverá ignorar a sua condição de artistas, importante mais-valia para este setor de ensino;
- Criar uma rede nacional do ensino artístico especializado;
- Clarificar o enquadramento jurídico sobre a certificação do tempo de serviço docente prestado em escolas profissionais privadas, IPSS e Misericórdias;
- Reconhecer para todos os efeitos, o tempo de serviço dos educadores de infância a exercer ou que exerceram funções em creche, em moldes iguais a todos os que exercem funções na valência de jardim-de-infância das instituições particulares, bem como a exigência de que o ME passe a tutelar pedagogicamente as creches;
- Exigir uma eficaz atuação da ACT e da IGEC nos estabelecimentos e instituições de ensino privado, em relação aos quais surjam denúncias de violação dos direitos dos docentes e desenvolvimento de ações inspetivas regulares nos restantes;
- Valorizar os Ensinos Particular e Cooperativo, Incluindo Artístico Especializado e Profissional, IPSS e Misericórdias garantindo que as normas por que se rege a atividade profissional dos(as) respetivos(as) docentes, e fixadas em sede de Contrato Coletivo de Trabalho, sejam semelhantes às dos(as) docentes do ensino público.

O Plenário Nacional